COMISSÃO DE LICITAÇÃO Fls._____ Rubrica

CONTRATO Nº 001PE/2023

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEL, COM LOCAL DE FORNECIMENTO NA CIDADE DE BERTOLÍNIA, QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE BERTOLÍNIA E A EMPRESA AUTO POSTO APARECIDA LTDA.

Pelo presente instrumento particular, de um lado a **CÂMARA MUNICIPAL DE BERTOLÍNIA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no **CNPJ sob nº 02.145.981/0001-90**, localizada na Av. Getúlio Vargas, 113, Centro, Bertolínia-PI, CEP: 64.870-000, neste ato representada por seu Presidente o Sr. **ADELMAR NONATO DA ROCHA FILHO**, brasileiro, casado, portador do CPF: 498.329.803-72, residente e domiciliado na Rua Emiliano Falcão, Bairro Centro, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro a empresa **AUTO POSTO APARECIDA LTDA,** estabelecida nesta cidade de Bertolínia, Estado do Piauí, à Rodovia BR-324, Entroncamento com PI 343 e 247, S/Nº - Zona Rural, CEP: 64870-000, inscrita no **CNPJ sob o nº 09.075.008/0001- 91**, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representado pelo Sócio Administrador, Sr. **LÍVIO MAIA DA FONSECA**, portador do RG: 980.521 SSP/PI e CPF: 504.903.891-04, residente na cidade de Bertolínia, à Praça Dom Augusto, nº 120, Bairro Centro, CEP 64.870-000, na cidade de Bertolínia/PI, conforme atos constitutivos da empresa, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 005/2023, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 001/2023, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA PARA AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEL, COM LOCAL DE FORNECIMENTO NA CIDADE DE BERTOLÍNIA, conforme Item nº 1 do Termo de Referência, anexo do Edital do Pregão Eletrônico nº 001/2023.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

2.1. O valor total do presente contrato é de **R$ 29.250,00 (Vinte e nove mil duzentos e cinquenta reais)** o qual será pago em parcelas em conformidade com as quantidades adquiridas e mediante apresentação da Nota Fiscal de Produtos e de Recibos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

3.1. Fiscalizar a execução do contrato.

3.2. Efetuar o pagamento após a apresentação da (s) Nota (s) Fiscal (is) correspondente (s) ao (s) quantitativo (s) do produto (os) fornecido (s);

3.3. Proporcionar todas as condições para que a CONTRATADA possa desempenhar suas atividades dentro das normas estabelecidas e em sua proposta;

3.4. Notificar por escrito à CONTRATADA, toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do Contrato, tais como, eventuais imperfeições durante sua vigência afixando prazo para correção;

3.5. Exercer a fiscalização, coordenação e o acompanhamento da execução do Contrato, por

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls._____
Rubrica

meio de fiscal de contatos, designado pela Câmara, independentemente do acompanhamento e controle exercidos diretamente pela CONTRATADA;

3.6. Notificar a CONTRATADA quando for o caso, sobre a aplicação de ventuais sanções previstas em Contrato;

3.7. Notificar a empresa, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas nos itens recebidos, para que sejam adotadas medidas corretivas necessárias;

3.8. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos em desacordo com o contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1. Fornecer o produto quando solicitado e com qualidade em conformidade com a legislação do mesmo;

4.2. Emitir a Nota, sem rasuras erros e com valores e descrição do objeto conforme o processo licitatório.

4.3. Entregar os produtos conforme solicitado imediatamente no veículo ou em invólucro legalmente permitido para o transporte do objeto;

4.4. Providenciar a imediata correção das divergências apontadas pela contratante quanto ao fornecimento dos produtos solicitados;

4.5. Manter-se durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

4.6. O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

4.7. O contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, seguros, pelo transporte e pela embalagem resultante da execução do contrato;

4.8. O contratado é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade e fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;

4.9. Não serão aceitos, em hipótese alguma, produtos adulterados ou fora dos padrões de qualidade exigidos pela legislação vigente;

4.10. Fornecer os produtos em matriz ou filial de atendimento, mediante requisição e formulários próprios do CONTRATANTE, apresentada por servidor credenciado;

4.11. Emitir relatório bimestral de consumo do contrato, informando o valor e quantitativo consumido por item e por órgão solicitante.

4.12. O descumprimento de qualquer das obrigações poderá ser usado como motivo de rescisão contratual ou aplicação de penalidades em acordo com os termos deste contrato.

CLÁUSULA QUINTA - DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

5.1. Entregar os produtos conforme solicitado imediatamente no veículo ou em invólucro legalmentepermitido para o transporte do objeto;

5.2. Os produtos poderão ser entregues por filial do vencedor desde que sejam mantidos todas ascondições, critérios e preços estabelecidos neste contrato.

5.3. A entrega dos produtos é de inteira e completa responsabilidade da contratada, arcando com todosos ônus deste.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls._____
Rubrica

5.4. O local de entrega dos produtos é aquele indicado na Ordem de Fornecimento de Produtos.
5.5. O objeto será fornecido parceladamente e proceder-se-á de acordo com as necessidades e conveniências do CONTRATANTE.
5.6. As quantidades estabelecidas no Termo de Referência anexo do Edital são estimadas, podendo,entretanto, haver acréscimo ou supressão, nos termos da Lei 8.666/93.
5.7. As requisições deverão conter a identificação da unidade requisitante, indicação expressa do número do contrato, do número da licitação, do número do processo, a identificação da Contratada, a especificação dos itens, as quantidades, datas e horários e endereço de entrega e assinatura do responsável.
5.8. As requisições serão expedidas por quaisquer meios de comunicação que possibilitem a comprovação do respectivo recebimento por parte da Contratada, inclusive fac-símile e correio eletrônico.
5.9. Correrão por conta da contratada todas as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, decorrentes da entrega e da própria aquisição dos produtos.
5.10. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, o fornecimento executado em desacordo com o contrato;
5.11. O produto recusado deverá ser substituído no prazo de 24(vinte e quatro) horas, contado a partir do recebimento pela CONTRATADA da formalização da recusa pelo Contratante, arcando a Contratada com os custos dessa OPERAÇÃO, inclusive os de reparação;
5.12. Não será admitida recusa de fornecimento em decorrência de sobrecarga na sua capacidade instalada;
5.13. Em casos de falta dos produtos, por motivos fortuitos ou de força maior, a CONTRATADA deverá providenciar alternativas de fornecimento nas mesmas condições acordadas, no prazo máximo de 05(cinco) dias, após o recebimento da formalização de fornecimento emitida pela CONTRATANTE, sob pena de sofrer as sanções previstas no Contrato;
5.14. A entrega do produto deverá ser acompanhada da Nota Fiscal;
5.15. A entrega do produto deverá ser feita o funcionário devidamente identificado e assinado pelo responsável pela entrega;

CLÁUSULA SEXTA - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

6.1. Fica designado como Gestor do Contrato o Responsável do Órgão solicitante ou pessoa por ele designado, cabendo a este o acompanhamento do cumprimento de todos os termos deste contrato.
6.2. Fica designado como Fiscal do Contrato o Fiscal dos Contratos Administrativos.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO:

7.1. O pagamento deverá ser efetuado até 90 (Noventa) dias após a emissão da nota Fiscal de Produto.
7.2. O pagamento poderá ser efetuado em parcela única, no valor requisitado, ou em parcelas, após a entrega da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pela autoridade

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls._____
Rubrica

requisitante, sendo esta condição imprescindível para o pagamento e em conformidade a disponibilidade de crédito orçamentário.

7.3. As Notas Fiscais/Faturas entregues não deverão portar vícios ou incorreções que impossibilitem ou atrasem o pagamento, hipótese em que a CONTRATADA suportará os ônus decorrentes do atraso.

7.4. A emissão da Nota Fiscal/Fatura é de responsabilidade da contratada, que deverá conter as especificações dos produtos e preços unitários em conformidade com a proposta ofertada.

7.5. Nenhum pagamento será efetuado ao contratado enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe tenha sido imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

7.6. O pagamento somente será realizado após a verificação da situação da mesma, relativa às condições de habilitação exigidas na licitação e relativa aos Incisos III e IV, Art. 29 da Lei nº 8.666/93, através de documentação anexada à fatura, e em caso de pendência o pagamento será suspenso.

7.7. A verificação do cumprimento das condições de habilitação, conforme exigidas nos Incisos III e IV, Art. 29 da Lei n° 8.666/93 será de responsabilidade do órgão solicitante, através do Secretário ou pessoa por ele indicada.

7.8. Os preços serão registrados por itens, considerando-se a totalidade e necessidade do objeto, sempre tendo em vista a necessidade do órgão solicitante.

CLÁUSULA OITAVA – DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO OU REVISÃO DO PREÇO

8.1. O Reequilíbrio Econômico-Financeiro ou Revisão do Preço do contrato poderá ocorrer para promover a recomposição do preço contratado, para mais ou para menos, em virtude da ocorrência de fatos imprevisíveis, provocadas por fatos extracontratuais, supervenientes à apresentação da proposta e, em geral, imprevisíveis ou, se previsíveis, de consequências incalculáveis, decorrentes da ocorrência de caso fortuito, de força maior ou fato do príncipe, superveniente à apresentação da proposta e capaz de retardar ou impedir a regular execução do ajustado.

8.2. São vedadas, sob pena de nulidade o Reajuste com quaisquer estipulações de:

8.2.1. Correção monetária ou de reajuste por índices de preços gerais, setoriais ou que reflitam a variação dos custos de produção ou dos insumos utilizados, ressalvado o disposto no artigo seguinte.

8.3. Poderá ser buscada quando ocorrerem fatos posteriores à contratação que:

8.3.1. Sejam imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis;

8.3.2. Que representem um caso fortuito ou de força maior.

8.4. As Revisões, se deferidas, será precedida de processo administrativo, o qual constará de:

8.4.1. Requerimento, anterior ao fim da vigência do contrato, da proponente para a contratante;

8.4.2. Comprovação que justifique a solicitação quer sejam planilhas de demonstração de variação de preços, indicadores de variações do mercado, etc.;

8.4.3. Passará pela análise da assessoria jurídica e;

8.4.4. Deferimento ou indeferimento do ordenador de despesas.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO Fls._____ Rubrica

CLAUSULA NONA - DOS PREÇOS

9.1. Os preços praticados durante a execução contratual poderão sofrer reajustes conforme politicade preços adotados nacionalmente.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

10.1. A contratação terá **vigência de 12 (doze) meses**, contados da data da assinatura do contrato, ou a término da prestação dos fornecimentos, prevalecendo o que ocorrer primeiro, podendo, ainda, ser prorrogado ou aditivado, nos termos da Lei nº 8.666/93, por interesse público, ou até conclusão de novo procedimento licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO DO CONTRATO

11.1. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequênciascontratuais e as previstas em lei ou regulamento.

11.2. Constituem motivo para rescisão do contrato:

I. O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

II. A negativa por parte do contratado na entrega dos produtos.

III. O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

IV. A lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade daconclusão do fornecimento, nos prazos estipulados;

V. A paralisação do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

VI. A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;

VII. O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar efiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

VIII. O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67 desta 8.666/93;

IX. A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

X. A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

XI. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

XII. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

XIII. A supressão, por parte da Administração, compras, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 65 desta da lei 8.666/93;

XIV. A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls._____
Rubrica

XV. O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes do fornecimento, ou parcelas destes já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

XVI. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;

XVII. Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27, sem prejuízo das sanções penais cabíveis;

XVIII. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

11.3. A rescisão do contrato poderá ser:

a. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisosI a XII e XVII do artigo 78 da lei 8.666/93;

b. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde quehaja conveniência para a Administração;

c. Judicial, nos termos da legislação;

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO CONTRATUAL

12.1. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato.

12.2. A negativa por parte do contratado em fornecer os produtos do contrato sujeitará o mesmo à multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato.

12.3. A multa a que alude, não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas em lei.

12.4. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia do respectivo contratado.

12.5. Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmentedevidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

12.6. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

12.7. Advertência;

12.8. Multa com índices que não poderão ser inferiores a 2% (dois por cento), nem superiores a 5% (cinco por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com dispensa ou inexigibilidade de licitação;

12.9. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

12.10. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls._____
Rubrica

queo contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

12.11. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

12.12. As sanções previstas em lei poderão ser aplicadas simultaneamente, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

12.13. A declaração de idoneidade é de competência exclusiva do Ministro de Estado, do Secretário Estadual ou Municipal, conforme o caso, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

12.14. A suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração e a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública também poderão ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos por esta Lei:

I. Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

II. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação.

12.15. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES

13.1. O CONTRATADO ficará obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem necessário até o limite previsto no Artigo 65, parágrafo 1º da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS RECURSOS

14.1. 500 - Recursos não vinculados de Impostos.

14.2. Programa de Trabalho

01 031 1003 2001 0000 - Manutenção e Encargos com a Câmara Municipal de Bertolínia.

14.3. Elemento de Despesa

33.90.30.00 – Material de Consumo

14.4. OUTROS RECURSOS NÃO CITADOS ANTERIORMENTE

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA LEGISLAÇÃO PERTINENTE

15.1. O presente instrumento contratual reger-se-á pelas cláusulas aqui acordadas e pelos preceitos legais contidos na Lei nº 10.520/02, submissa a Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1.993 e suas alterações Decreto 10.024 e Decreto nº 3.555 de 08 de agosto de 2000.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. Este instrumento contratual é de fornecimento de produtos por tempo determinado com natureza autônoma, não assumindo a CONTRATANTE qualquer responsabilidade de ordem trabalhista e/ou previdenciária, ou fiscal.

16.2. O presente instrumento contratual obriga as partes contratantes e aos seus sucessores, devendo estes zelar pelo seu fiel e integral cumprimento.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls._____
Rubrica

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

17.1. As partes elegem o foro da Comarca de Manoel Emídio – PI para dirimir toda e qualquer dúvida ou questões oriundas do presente contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja e por estarem de acordo, justas e contratadas, assinam as partes o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma e para uma única finalidade e efeito, juntamente com as testemunhas abaixo transcritas.

Câmara Municipal de Bertolínia – PI, 04 de setembro de 2023.

ADELMAR NONATO DA ROCHA FILHO:49832980372
Assinado de forma digital por ADELMAR NONATO DA ROCHA FILHO:49832980372
Dados: 2023.09.05 11:12:43 -03'00'

ADELMAR NONATO DA ROCHA FILHO
Presidente da Câmara Municipal
CONTRATANTE

AUTO POSTO APARECIDA LTDA:09075008000191
Assinado de forma digital por AUTO POSTO APARECIDA LTDA:09075008000191
Dados: 2023.09.05 11:41:22 -03'00'

LÍVIO MAIA DA FONSECA
Representante Legal
CONTRATADA

Testemunhas:

1) 2)